



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

---

**Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº0310275-6**

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Felipe Mota Pimentel de Oliveira

**Embargado:** José Frederico Soriano de Souza

**Advogado:** Paulo Ricardo Soriano de Souza

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. DIREITO HUMANO À SAÚDE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS DE FORMA INDISCREPANTE.

1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2. Ademais, o *decisum* vergastado foi bastante explícito quanto aos motivos que o levaram a negar provimento ao apelo interposto pelo embargante, em específico, o fato de que a ingerência do Poder Judiciário, no caso em comento, afigura-se necessária, porque visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, e ainda, que restaram aparentemente comprovadas, a necessidade do tratamento médico e a falta de condições de adquiri-lo por parte do embargado, situação essa que permite a concessão da tutela perseguida pela parte recorrida, segundo o posicionamento consolidado dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme restou demonstrado na decisão embargada.

3. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

4. Aclaratórios conhecidos tão-somente para fins de prequestionamento, porém não providos de forma unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 0310275-6, acordam os Desembargadores que integram o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 24/09/2013 à unanimidade de votos, em rejeitarem o recurso acima descrito, para confirmar o acórdão vergastado, julgando improvido o pedido, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

P. e I.

Recife, 24.09.2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

123

**Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº0310275-6**

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Felipe Mota Pimentel de Oliveira

**Embargado:** José Frederico Soriano de Souza

**Advogado:** Paulo Ricardo Soriano de Souza

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que negou provimento ao agravo regimental interposto pela parte ora embargante, mantendo a decisão interlocutória lavrada na fl.28 dos autos, que, considerando relevantes os fundamentos colacionados no presente *mandamus*, com arrimo no art. 7º, III da Lei nº 12.016/09, deferiu a liminar requerida, no sentido de determinar o fornecimento gratuito e contínuo do medicamento REVLIMID (LENALIDOMIDA) na dosagem de 25mg em frações de 10mg e 15mg nos exatos termos prescritos no receituário médico acostado às fls. 17/18 dos autos, enquanto for necessário para o efetivo tratamento do impetrante, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento.

Em suas razões, de fls. 112/114, alega o embargante a ocorrência de omissão no *decisum* atacado no que tange a menção expressa dos dispositivos legais e Constitucionais indicados.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada e prequestionar a matéria versada.

**É o relatório.**

Recife, 24.09.2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

Relator



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

**Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº0310275-6**

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Felipe Mota Pimentel de Oliveira

**Embargado:** José Frederico Soriano de Souza

**Advogado:** Paulo Ricardo Soriano de Souza

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular o acórdão invectivado, senão vejamos.

Notadamente, a decisão embargada foi bastante clara quanto aos motivos que levaram a improcedência do pedido do embargante, em específico o fato de que restou absolutamente comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte da embargada, sob pena de abrir-se orifício de esvaziamento da garantia constitucional insculpida no art. 196 da CF/88, pois bastaria não listar o medicamento para desobrigar-se do ônus de cobrir o seu custo.

Desse modo, a decisão vergastada foi bastante clara quanto aos motivos que a levaram a negar provimento ao agravo regimental manejado pelo embargante, uma vez que entendeu que a ingerência do Poder Judiciário, no caso em comento, afigura-se necessária, porque que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, e ainda, que restaram aparentemente comprovadas, como já dito acima, a



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

necessidade do tratamento médico e a falta de condições de adquiri-lo por parte do recorrido, situação essa que permite a concessão da tutela perseguida pela parte embargada, segundo o posicionamento consolidada dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme restou demonstrado na decisão embargada.

Além disso, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento.

Com efeito, o mero descontentamento da parte não tem por finalidade tornar cabíveis os Embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no acórdão embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão-somente para fins de prequestionamento da matéria suscitada, mas nego-lhes provimento.

**É como voto**

Recife, 24.09.2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator**

13 - ED no MS nº 0310275-6

Praça da República S/N, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.